

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.381 - SP (2019/0004356-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **SERGIO GOMES PEREIRA**
ADVOGADOS : **ERICSON CRIVELLI E OUTRO(S) - SP071334**
SARA TAVARES QUENTAL - SP256006
ANDRÉ LUIZ DOMINGUES TORRES - SP273976
FELIPE ANTONIO LANDIM FERREIRA - SP270497
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ACIDENTE DO TRABALHO. AUXÍLIO-ACIDENTE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 86, § 1º, DA LEI 8.213/1991. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por Sérgio Gomes Pereira contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu seu recurso especial, interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, ante o óbice da Súmula 211/STJ.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta o agravante que estão presentes os requisitos para a admissibilidade recursal, inclusive o prequestionamento da matéria.

O prazo para apresentação de contraminuta ao agravo decorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

ACIDENTE DO TRABALHO - Renda mensal inicial - Revisão - Decadência - Ocorrência - Ação ajuizada depois de decorridos mais de dez anos do advento da Medida Provisória nº 1.523-9/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que deu nova redação ao Artigo 103, da lei nº 8.213/91 e instituiu o prazo decadencial de dez anos para a revisão do ato de concessão do benefício - Precedentes do STJ - Recurso improvido.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o recorrente que o Tribunal *a quo* violou o artigo 86, § 1º, da Lei 8.213/1991, pois é devida a revisão de seu auxílio-acidente para a porcentagem de 50% do salário de benefício.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso especial decorreu *in albis*.

Noticiam os autos que Sérgio Gomes Pereira ajuizou ação em face do INSS, objetivando a revisão de seu benefício auxílio-acidente.

A sentença julgou improcedente o pedido.

A parte autora, ora agravante, apelou, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

É o relatório, decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ.

O agravante impugnou o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A questão recursal gira em torno da revisão do auxílio-acidente para que seja majorado ao percentual de 50% do salário de benefício, em virtude da redação dada ao artigo 86, § 1º, da Lei 8.213/1991 pela Lei 9.032/1995.

Contudo, o que se observa é que o Tribunal *a quo* analisou a questão que lhe foi posta com fulcro na decadência do direito de revisão do benefício previdenciário, tendo em vista que a ação só foi ajuizada em abril de 2010, ou seja, mais de 10 anos depois do advento da Medida Provisória 1.523-9/1997, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, que instituiu o prazo decadencial para revisão do ato de concessão do benefício.

Com efeito, não foi debatida a questão sob o prisma do dispositivo que o recorrente alega ter sido violado, mas exclusivamente sob o prisma da decadência.

Destaque-se que o não pronunciamento do Tribunal *a quo* acerca do conteúdo normativo do dispositivo tido por violado não foi combatido pela via dos embargos de declaração a fim de suprir a falta de manifestação do órgão julgador, uma vez que, nos embargos declaratórios opostos, o recorrente se restringiu a sustentar a não aplicação do prazo decadencial aos benefícios concedidos anteriormente à Medida Provisória 1.523-9/1997.

Consequentemente, não se mostra atendido o requisito do prequestionamento nos termos da Súmula 282/STF segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Acrescente-se que o STJ não considera suficiente, para fins de prequestionamento, que a matéria tenha sido suscitada pelas partes, mas sim que a respeito tenha havido debate no acórdão recorrido.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A MOLÉSTIA E A ATIVIDADE DESEMPENHADA. ACÓRDÃO FUNDADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos arts. 399, II, e 425 do Código de Processo Civil/1973, pois a tese legal apontada não foi analisada pelo acórdão hostilizado.

2. Ressalte-se que não houve sequer interposição de Embargos de Declaração, o que seria indispensável para análise de possível omissão no julgado.

3. Assim, perquirir, nesta via estreita, ofensa das referidas normas sem que se tenha explicitado a tese jurídica no juízo a quo é frustrar a exigência constitucional do prequestionamento, pressuposto inafastável que objetiva evitar a supressão de instância. Ao ensejo, confira-se o teor da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

4. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "o segurado não faz jus à

reparação acidentaria, uma vez que as moléstias que a acometem não guardam relação com o trabalho".

5. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.668.654/SP, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 20/6/2017)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

